

Causas e monitoramento da evasão universitária no contexto brasileiro: uma revisão sistemática

Causes and monitoring of university evasion in the Brazilian context: a systematic review

Vanessa Demarchi Peron

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
vanessa_peron@hotmail.com

.....

Renata Camacho Bezerra

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
renatacamachobezerra@gmail.com

.....

Eliane Nascimento Pereira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
eliane.nascimentop@gmail.com

Resumo

O ensino superior brasileiro apresenta crescente expansão, com novas vagas, novos cursos e fortalecimento das instituições de ensino superior públicas e privadas. A possibilidade de mais acesso deve estar relacionada com a preocupação quanto à manutenção dos alunos até sua efetiva diplomação. A evasão universitária causa impactos negativos tanto para as instituições, como para a sociedade. Neste trabalho propõe-se a realização de uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de identificar as abordagens trazidas pelos estudos recentes sobre a evasão no Ensino Superior de universidades brasileiras. A pesquisa aconteceu nas bases Science Direct, Scopus, Educa FCC. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, chegou-se a 14 publicações que foram lidas na íntegra para análise. Por meio da revisão identificou-se que muitos autores sistematizam os motivos para a evasão em dimensões, sendo possível perceber quatro grupos principais. Questões relativas: ao aluno; às instituições; à carreira; e processo de estudo-aprendizagem. Os estudos evidenciam a importância do acompanhamento dos indicadores (apresentando algumas ferramentas) e a elaboração de ações de apoio ao aluno, minimizando as desistências - embora não tenha sido identificado nenhum exemplo de programa efetivo nos estudos analisados.

Palavras-chave: Evasão Escolar. Graduação. Desligamento do aluno. Revisão de Literatura. Sistema de Indicadores Educacionais.

Abstract

Brazilian higher education is expanding, with new vacancies, new courses and strengthening of public and private higher education institutions. The possibility of greater access must be related to the concern about the maintenance of the students until their actual graduation. University evasion causes negative impacts for institutions and for society. This paper proposes a systematic review of the literature with the objective of identifying the approaches brought by recent studies of evasion in higher education of Brazilian universities. The research happened on the Science Direct, Scopus, Educa FCC. After applying the inclusion and exclusion criteria, remained 14 publications that were read in full for analysis. Through the review it was identified that many authors systematize the reasons for evasion in dimensions, being possible to perceive four main groups. Related: to the student; institutions; the career; and process of study-learning. The studies show the importance of monitoring the indicators (presenting some tools) and the development of actions to support the student, minimizing dropouts - although no example of an effective program was identified in the studies analyzed.

Key words: School dropout. Higher Educacion. Student Disconnection. Literature Review. System of Educational Indicators.

Introdução

O Ensino Superior brasileiro tem registrado expansão, com crescente número de novas vagas e de novos cursos, tanto na rede pública como particular. De acordo com o Censo da Educação Superior 2017, publicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o Brasil possui 2,4 mil instituições de ensino superior (IES), entre públicas e privadas. Conforme o Censo, em 2017 foram ofertados 35,38 mil cursos de graduação, destes 24,95 por instituições particulares. Foram 8,28 milhões de matrículas, das quais 6,24 milhões em IES privadas.

Isso se deve, em muito, a implementação de políticas públicas de incentivo a criação de novas vagas, de expansão das universidades, de programas de financiamento, da oferta de bolsas de estudo e pesquisa, da valorização dos docentes, dentre outros investimentos que vêm refletindo no maior número de diplomados. Mais do que a preparação para o mercado de trabalho, a Educação Superior contribui com a formação de cidadãos mais críticos, compreensão de mundo e aumento da renda individual, além de ser responsável por alavancar o desenvolvimento do país.

As políticas de inclusão precisam estar alinhadas com estratégias de adaptação do aluno ao ensino universitário, visando a formação de profissionais mais seguros e qualificados, com adequado aproveitamento das oportunidades ofertadas pelas IES. No entanto, assim como nos demais níveis de ensino, altos índices de evasão é uma dificuldade enfrentada pelas universidades brasileiras. A Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, ligada ao Ministério da

Educação, define evasão como a decisão do aluno de desligar-se do curso por sua própria responsabilidade, devendo ser compreendida em três níveis: evasão do curso (abandono ou transferência de curso); evasão da instituição; e evasão do sistema (abandono, temporário ou definitivo do ensino superior).

Além do aspecto social, em que pode atrasar a entrada do jovem no mercado de trabalho, um problema da evasão é o aspecto financeiro, pois cada desistência representa desperdício de recursos. A estrutura, que compreende desde as salas, equipamentos e mobiliário, até professores e demais equipes de apoio, é preparada para atender ao número de vagas ofertadas - o abandono da vaga representa ociosidade de todos estes recursos, ou seja, investimentos mal aproveitados já que muitas vezes tais vagas não são preenchidas depois do andamento do curso. Representa ainda perda de prestígio por parte das instituições e, no caso das particulares, até condição de sobrevivência. A evasão se torna, assim, não apenas uma questão a ser discutida pelos profissionais ligados diretamente ao ensino, mas é um problema que deve ser discutido em âmbito estratégico, pela gestão das instituições.

Neste trabalho propõe-se a realização de uma revisão sistemática da literatura, com o objetivo de identificar as abordagens de estudos recentes sobre a temática “evasão no ensino superior”. A revisão sistemática permite selecionar estudos pertinentes na área e sintetizar o conhecimento produzido por eles. O método possibilita “integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada intervenção, [...] identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 84). Assim, busca-se conhecer as metodologias utilizadas para levantamento das principais causas que levam a desistência, quais os principais motivos, ações que vêm sendo realizadas pelas instituições para reduzir os índices e identificação de lacunas e oportunidades de pesquisas futuras.

Materiais e métodos

A fim de levantar os principais estudos sobre o tema evasão escolar no Ensino Superior brasileiro foi realizada uma revisão sistemática - metodologia de investigação científica que permite combinar resultados de estudos isolados sobre uma mesma temática. Caracteriza-se por seguir “um método rigoroso de busca e seleção de pesquisas; avaliação da relevância e validade das pesquisas encontradas; coleta, síntese e interpretação dos dados oriundos das pesquisas” (GALVÃO, 2004, p. 550).

Utilizado desde os anos 1900, especialmente na área da saúde, trata-se de um estudo retrospectivo, uma vez que as informações de interesse a serem usadas como material de pesquisa são retiradas de estudos anteriores. Objetiva “reunir, avaliar criticamente e conduzir uma síntese dos resultados de múltiplos estudos primários” (CORDEIRO, 2007, p. 429). Assim, reúne “grande quantidade de informações em um único estudo, [...] refinando e separando os de menor rigor acadêmico dos fortemente confiáveis, além de servir de base científica para formulação de guias de condutas” (PEREIRA; BACHION, 2006, p. 496).

Além de permitir conhecer pesquisas e descobertas já realizadas na área, é também um recurso para guiar a prática profissional, bem como identificar a necessidade de pesquisas futuras. Uma vez que apresentam, de forma clara, uma síntese dos principais estudos sobre certo tema, “as revisões sistemáticas nos permitem incorporar um espectro maior de resultados relevantes, ao invés de limitar as conclusões à leitura de somente alguns artigos” (SAMPAIO, MANCINI, 2007, p. 84).

Na revisão, a pesquisa acontece a partir da análise de estudos primários, que são selecionados com o uso de métodos sistemáticos para busca, triagem, classificação e avaliação dos trabalhos anteriormente registrados. Assim, é um estudo secundário, que depende de fontes primárias de qualidade, para se extrair adequadas conclusões a partir da análise dos dados.

O presente artigo realiza uma revisão sistemática sem metanálise (não são utilizados procedimentos estatísticos para combinar e sintetizar os estudos independentes), visto que o trabalho não busca encontrar uma única e melhor resposta a um problema, mas identificar estudos que permitam conhecer sobre os principais problemas e estudos que abordem a questão da evasão universitária no país.

A revisão inicia com a formulação de uma pergunta clara a ser investigada. O problema a ser resolvido norteará a seleção dos tipos de estudo a serem buscados. “Uma pergunta bem estruturada é o começo de uma boa revisão sistemática, pois define quais serão as estratégias adotadas para identificar os estudos que serão incluídos e quais serão os dados que necessitam ser coletados” (CORDEIRO, 2007, p. 429). O autor menciona quatro pontos para a estruturação da pergunta, a iniciar com a identificar o problema; a intervenção que deverá ser realizada; o que será comparado; o desfecho esperado; e período em análise.

Nesta revisão, buscou-se conhecer o foco das pesquisas recentes com o tema evasão, além de identificar os principais motivos que levam o universitário brasileiro optar pela desistência do curso; o perfil dos desistentes; e que ações que vêm sendo realizadas pelas instituições de ensino superior para reduzir os índices.

O que garante o rigor científico da revisão sistemática é a definição do protocolo de pesquisa, permitindo que a mesma seja reproduzível, obtendo-se as mesmas conclusões. “A seleção dos estudos que devem ser incluídos na revisão é guiada pelos critérios determinados previamente no protocolo” (GALVÃO; SAWADA; TREVISAN, 2004, p. 552). O autor elenca os componentes do protocolo, que são: a pergunta; as estratégias para buscar as pesquisas; os critérios de inclusão e exclusão de artigos; a avaliação crítica e a síntese dos dados. Sampaio e Mancini (2007), incluem, entre os componentes, a determinação da qualidade dos estudos.

A busca pela evidência iniciou com a escolha das bases de dados eletrônicas. “Uma procura eficaz envolve não só uma estratégia que inclua termos adequados, mas a escolha de base de dados que insiram mais especificamente o tema” (SAMPAIO; MANCINI, 2007, p. 85). Para seleção das bases de

publicações foi utilizado o Portal Capes, realizando uma pesquisa pela área do conhecimento “Ciências Humanas”, na subcategoria “Educação”. Foram relacionadas 175 bases, das quais 82 brasileiras. Destas, foram escolhidas as bases Science Direct, Scopus, Educa FCC por serem bases reconhecidas e por trazerem maior número de publicações relacionadas a estudos sobre evasão no Brasil.

Selecionadas as bases, partiu-se para definição dos critérios de inclusão e exclusão dos estudos. “The most appropriate way of handling the selection of studies is to include all studies that meet basic entry criteria then perform sensitivity analyses with regard to the different possible entry criteria” (EGGER; SMITH, 1998). “Os critérios de inclusão determinados pelo revisor devem refletir diretamente a pergunta selecionada para a elaboração da revisão sistemática” (GALVÃO; SAWADA; TREVISAN, 2004, p. 552).

Entre os critérios de inclusão, as publicações sobre evasão escolar devem ainda ser: estudos relacionados ao ensino superior; estudos relacionados ao cenário brasileiro; estudos publicados nos idiomas português, inglês ou espanhol; estudos publicados entre 2000 e 2018; publicações nos formatos de artigos, dissertações e teses. Entre os critérios de exclusão: livros; estudos sobre evasão universitária em cursos à distância.

O último passo antes da seleção dos artigos foi a definição das palavras-chaves relacionadas ao tema, que foram aplicadas de forma isolada e combinadas, sendo: “evasão”, “evasão escolar”, “abandono escolar”, “ensino superior”, “Brasil”, “deserción universitaria”, “dropout school”, “school evasion”. Na busca realizada nas três bases de dados foram identificados 488 artigos sobre a temática, sendo 188 na Science Direct; 163 na Scopus e 137 na Educa FCC. Identificaram-se 170 publicações duplicadas, restando 318 estudos para a fase seguinte.

“A avaliação crítica consiste na fase onde os estudos selecionados são avaliados com rigor metodológico, com o propósito de averiguar se os métodos e resultados das pesquisas são suficientemente válidos” (GALVÃO; SAWADA; TREVISAN, 2004, p. 552). Foram avaliados os títulos, as palavras-chaves e os resumos das 318 publicação, e excluídos o que não estavam de acordo com os critérios de inclusão. Restaram 53 artigos alinhados ao objetivo da pesquisa, sendo 6 da Science Direct; 22 da Scopus e 25 da Educa FCC.

Na sequência, os trabalhos inicialmente incluídos passaram por um teste de relevância. Por meio do Google Scholar foi identificado o número de citações de cada publicação. Estudos com mais de três anos e com menos de 10 citações foram excluídos da revisão. Os estudos a partir de 2016 foram reavaliados, considerando que não possuem expressivo número de citações, uma vez que se tratam de publicações recentes. Foi então incluído o critério recorte temporal, definindo como foco de análise publicações da última década. Assim, permaneceram estudos realizados de 2011 a 2018. Atendendo aos critérios de seleção, restaram 16 publicações que foram acessados na íntegra para análise. Durante a leitura, dois trabalhos foram eliminados, pois tratavam-se de abordagens junto ao ensino médio profissionalizante, não relacionado ao âmbito

deste estudo que tem enfoque na graduação. Desta forma, a revisão baseia-se em 14 publicações.

Análise dos resultados

O quadro abaixo apresenta os 14 trabalhos selecionados nesta revisão. Suas metodologias e principais resultados serão apresentados na sequência.

Quadro 1 – Apresentação dos 14 artigos selecionados para a revisão sistemática

Título	Autores	Ano	Universidade	Citações
A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada	Rosangela Fritsch Cleonice S. Rocha Ricardo F. Vitelli	2015	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - RS	5
Vivências acadêmicas e adaptação de estudantes de uma universidade pública federal do Estado do Paraná	Rogério E. C. Oliveira Alessandra de Moraes	2015	Universidade Estadual Paulista - Campus Marília	3
Diagnóstico da evasão universitária nas séries iniciais dos cursos presenciais da graduação da UEMS em 2014: um estudo comparativo entre os ingressantes pelo regime de cotas e os de ampla concorrência	Vania P. M. Benatti Marcio M. Aguiar	2018	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul e Universidade Federal da Grande Dourados	0
A influência do Capital Cultural e da Violência Simbólica na evasão	Lee E. S. de Oliveira Gilvo Volpato	2017	Universidade do Extremo Sul Catarinense - SC	0
Evasão escolar na educação superior: de que indicador estamos falando?	Ricardo F. Vitelli Rosangela Fritsch	2016	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - RS	1
Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior	Gérson Tontini Silvana A. Walter	2013	Universidade Regional de Blumenau - SC	18
Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes	Glauco Peres da Silva	2013	Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - SP	33
Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica	Cristiane A. S. Baggi Doraci A. Lopes	2011	PUC Campinas - SP	136
Evasão escolar no curso de educação física da Universidade Federal do Piauí	Francisca I. C. Silva Janete P. Rodrigues Ahecio K. A. Brito Nanci M. França	2012	Universidade Federal do Piauí - PI	14
A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990	José S. Santos Junior Giselle C. Martins Real	2017	Universidade Federal da Grande Dourados - MS	0

Fatores Associados à Evasão e Conclusão de Cursos de Graduação Presenciais na UFES	Jaime S. Sales Junior Gutemberg H. Brasil Teresa C. J. Carneiro Maria A. C. Corassa	2016	Universidade Federal do Espírito Santo - ES	0
Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: Evidências da UFES	Breno Sampaio Yony Sampaio Euler P. G. de Mello Andrea S. Melo	2011	Universidade Federal de Pernambuco - PE	28
Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura	Cristiane M. B. Matta Susana M. G. Lebrão Maria G. V. Heleno	2017	Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia - SP	1
Construção da escala de motivos para evasão do ensino superior	Rodolfo A. M. Ambiel	2015	Universidade São Francisco, SP	9

Fonte: Próprios autores (2018)

Tendo uma visão geral das publicações selecionadas, na sequência trazemos as principais contribuições de cada artigo analisado. “A finalidade dessa fase é sintetizar os dados resultantes de cada estudo [...]. Permite ao revisor investigar se o efeito é aproximadamente o mesmo nos diferentes estudos, local e participantes” (GALVÃO; SAWADA; TREVISAN, 2004, p. 553).

Para Santos Junior e Real (2017), as políticas públicas foram as principais propulsoras da expansão no acesso ao Ensino Superior brasileiro. Entre os programas, destaca-se o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) em 1999, o Programa Universidade para Todos (Prouni) em 2005, - criados para estimular o acesso à educação na rede privada -; o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) em 2007, direcionado à expansão das universidades federais. Destaca-se ainda o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), criado em 1998, que passou a ser adotado pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), de 2009, como forma de ingresso nas IES federais. Aliado a isso, em 2012, a exigência de vagas para cotas sociais e raciais permitiu a inclusão de uma parcela da população tradicionalmente fora desta etapa do ensino.

Fritsch (2015) destaca que entre as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para a Educação Superior no período de 2014-2024 está a elevação na taxa líquida de matrículas para 33% da população de 18 a 24 anos (o cálculo relaciona o total de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior com o total de jovens nessa faixa etária na população). Também, assegurar a qualidade da oferta e expansão para 40% das novas matrículas no segmento público; além de ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente para 75% (no mínimo 35% doutores); e continuidade em programas que oferecem incentivos financeiros.

A possibilidade de mais acesso deve estar relacionada com a preocupação quanto à manutenção dos alunos até a efetiva diplomação. Assim, justifica-se a importância de colocar em pauta temas como adaptação do aluno ao ensino superior, suas dificuldades, anseios, e a identificação de possíveis insatisfações que possam levar à desistência. Segundo Polydoro (2000), conforme citado por

Baggi e Lopes (2011), após trancar, cancelar ou abandonar o curso apenas uma minoria consegue se reintegrar à graduação.

Gaioso (2005, apud BAGGI; LOPES, 2011) relaciona alguns dos principais motivos para a evasão, sendo a falta de orientação vocacional, imaturidade do estudante, reprovações sucessivas, dificuldades financeiras, falta de perspectiva de trabalho, ausência de laços afetivos na universidade, ingresso na faculdade por imposição familiar, casamentos não planejados e nascimento de filhos. Já para Cardoso (2008, apud BAGGI; LOPES, 2011), a desistência pode estar relacionada com a falta de identidade com o curso; escolha errada da carreira; desencanto com a universidade; baixa demanda pelo curso, possivelmente associada ao baixo prestígio social do curso escolhido.

Santos Junior e Real (2017) realizaram uma revisão da literatura a partir dos anos 1990 e afirmam que há muita discrepância entre os modelos de métodos para avaliação dos processos de evasão. Os que realizam acompanhamento de trajetória escolar foram considerados pelos autores como os mais propícios para a obtenção de números fidedignos do fenômeno, uma vez que identificam os evadidos caso a caso, permitindo maiores possibilidades de intervenções.

Vitelli e Fritsch (2016) realizaram uma revisão bibliográfica de publicações entre 1996 e 2015 que abordaram formas de calcular os índices de evasão na Educação Superior. “O uso de indicadores como instrumento de gestão tem relevância no planejamento e no monitoramento de ações desenvolvidas para a melhoria da qualidade de uma ação, serviço, produto ou de uma política” (VITELLI; FRITSH, 2016, p. 913). “Como medida de desempenho, o indicador consiste em uma informação vital para o sucesso e a continuidade de uma ação, um curso, e uma organização” (VITELLI; FRITSH, 2016, p. 913).

Os autores identificaram que existem distintas percepções sobre as formas de mensurar a evasão, além de que o conceito evasão nem sempre é entendido da mesma forma. O uso do termo está associado a diferentes perspectivas, temporalidades, granularidades e fórmulas. Argumentam que um indicador educacional para diagnóstico, monitoramento e avaliação (de cursos, de instituições, de sistemas e de políticas públicas) requerer o desenvolvimento de conceito e de fórmula comuns. Assim, os resultados da pesquisa evidenciam a fragilidade da eficácia de indicadores como ferramenta e/ou estratégia de avaliação de cursos e instituições, especialmente quando se pretende realizar comparações.

Vitelli e Fritsch (2016) destacam que a evasão é um fenômeno multifatorial e desta forma, a elaboração de metodologias para sua medição devem levar em conta mais do que um único indicador para sua compreensão. Ainda, considerando que os indicadores possuem limitações, torna-se necessário ver “a avaliação como um processo de diálogo sobre os resultados. Não focando a avaliação de forma rígida e pontual, mas debruçando-se sobre os resultados dos indicadores, esse procedimento pode retratar parcialmente uma realidade” (VITELLI; FRITSH, 2016, p.932). Por outro lado, lembram que as instituições de ensino possuem diferentes especificidades que as constituem, assim sendo, a autonomia no processo de construção de indicadores é importante.

Nesta revisão identificaram-se instrumentos que contribuem com a identificação de possíveis causas que tendem a influenciar a desistência dos cursos de graduação. Tendo como questionamento central o porquê um estudante decide deixar um curso superior, Ambiel (2015) desenvolveu a Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior (M-ES), instrumento que afere potenciais motivos que levam os estudantes brasileiros a abandonar a graduação. Conhecer os potenciais motivos é necessário “tanto para o planejamento de ações institucionais para a prevenção e acompanhamento do fenômeno, quanto para pesquisas que possam aprofundar o conhecimento sobre o assunto na realidade brasileira” (AMBIEL, 2015, p. 43). A M-ES é composta por 66 itens e agrupa os possíveis motivos em sete construtos: institucionais (qualidade do corpo docente; relação com alunos; infraestrutura, etc); pessoais (dúvidas com relação ao curso escolhido); falta de suporte (necessidade de trabalhar); carreira (perspectivas profissionais); desempenho acadêmico; interpessoais; e autonomia. Em uma aplicação com 327 estudantes de todo o país, destacou-se, entre os resultados, o apontamento quanto a necessidade de novos estudos relacionados ao item “carreira”, visto que a preocupação com relação a futura carreira e sua relação com a evasão “não tem sido explorado de forma suficiente pela literatura, ainda que o tema seja abordado como um aspecto importante da vivência acadêmica” (AMBIEL, 2015, p. 49).

Matta, Lebrão e Heleno (2017) realizaram um levantamento das publicações de 2005 a 2015 referentes à estudos sobre adaptação universitária; rendimento e evasão. A maioria dos artigos selecionados (66,7%) utilizou o instrumento Questionário de Vivências Acadêmicas (QVA) (ou sua versão reduzida: QVA-r) para estudo. Enquanto a versão original do QVA avalia 17 dimensões, a versão reduzida é composta de cinco dimensões: pessoal; interpessoal; vocacional; estudo-aprendizagem; e institucional. As autoras definem as vivências acadêmicas como “um conjunto de situações ou variáveis próprias do contexto de vida do estudante universitário, do qual dependem o desenvolvimento pessoal, cognitivo e social desse sujeito” (MATTA; LEBRÃO; HELENO, 2017, p. 584).

Constatarem que os relacionamentos interpessoais - amizade e cooperação com colegas e professores - e a maior facilidade com a gestão do tempo (otimizar a execução das atividades) favorecem o rendimento acadêmico e tendem a adiar a evasão. Destacam a importância da participação das instituições no processo de adaptação do aluno à vida acadêmica, por meio dos serviços de apoio aos estudantes. Frisam a necessidade deste apoio especialmente no primeiro ano de curso, garantindo a condição do acesso à universidade, a integração, a permanência e o sucesso acadêmico. Por fim, apontam para a escassez de estudos que correlacionam adaptação, rendimento acadêmico, evasão e vivências acadêmicas nos cursos de engenharia do país.

Oliveira e Morais (2015) aplicaram o QVA-r com estudantes de engenharia de uma universidade federal e os principais resultados indicaram maiores dificuldades de adaptação às dimensões pessoal e estudo-aprendizagem, e maior propensão de adaptação às variáveis relacionadas à carreira, aos colegas e à instituição. “Reflete que os alunos encontram maiores dificuldades em se ajustar às variáveis que exigem organização pessoal, disposição, autonomia e

outros fatores próprios de cada sujeito” (OLIVEIRA; MORAIS, 2015, p. 563). Entre 2010 e 2014, a taxa de evasão dos alunos de engenharia desta IES foi de 32,6%. A faixa etária da pesquisa compreendeu alunos de 17 a 31 anos, dos quais 90% não exerciam atividade profissional remunerada em horários alternativos. A maioria dos estudantes frequentava o curso de sua 1ª opção de escolha (61,2%). Um total de 92,7% mostrou intenção de continuar no curso; e 90,4% declararam o interesse pela graduação para se preparar para uma profissão. Os autores trazem que a não adaptação do estudante gera baixo rendimento acadêmico e evasão, além de refletir na dificuldade de relacionamento, na satisfação pessoal e na saúde mental, podendo comprometer suas práticas educativas e sua autonomia cognitiva.

Tontini e Walter (2012) desenvolveram um método de identificação do risco de evasão de universitários, que permite prever e diminuir fatores que influenciam esse risco. A aplicação do questionário à 8,7 mil alunos de uma IES de Santa Catarina teve como resultado a possível redução em 18% nas desistências. Avaliou-se 34 questões, agrupadas em oito dimensões (qualidade de curso; colocação profissional e vocação; conservação da infraestrutura; vida pessoal; atendimento na IES; tempo para estudo; situação financeira; e necessidade de reforço). Identificaram que as dimensões que mais influenciaram a evasão foram colocação profissional, vocação do aluno, fatores da vida pessoal e disponibilidade de tempo para estudo.

Por outro lado, a colocação profissional e a vocação também foram identificadas como principais motivos para a permanência. A importância atribuída pelos alunos a este item leva ao entendimento de que deve ser uma preocupação da IES levantar questões como vocação do aluno para a futura profissão. Quanto ao segundo item, embora aspectos relacionados a fatores da vida pessoal estejam fora do controle interno, a IES pode “ofertar serviços de orientação psicológica e de saúde aos alunos. [...] os alunos podem vir a permanecer se tiverem a IES como ponto de apoio” (TONTINI; WALTER, 2012, p. 107). Já quanto ao tempo para estudo, os autores identificam como a dimensão na qual a IES menos pode ajudar o aluno. A evasão relacionada com a percepção quanto a qualidade do curso também chamou atenção na pesquisa. Os desistentes tendem a falar bem da infraestrutura, mas disseram que necessitavam de mais atividades de reforço. A situação financeira dos alunos não mostrou correlação com a evasão. Por fim, destacam que as causas e a propensão do aluno a se evadir do curso variam com o passar do tempo, sendo importante que a IES realize avaliação periódica.

Outros autores buscaram analisar a temática a partir de grupos ou fatores pontuais. Embora a desistência dificilmente aconteça devido a único fator (mas é desencadeada pela interação de vários), estudar a evasão com maior enfoque em itens pontuais permite a ampliação do conhecimento sobre estes aspectos, bem como para identificação de lacunas e orientação de trabalhos futuros.

Baggi e Lopes (2011) realizaram uma análise das produções que abordam a evasão e a sua relação com a avaliação institucional, entre 2008-2009. A avaliação institucional, por analisar a instituição como um todo, permite uma “visão privilegiada da universidade e pode contribuir com os processos

acadêmicos e administrativos, sendo um importante instrumento de correção de metas e objetivos” (BAGGI; LOPES, 2011, p. 358). “Em relação à evasão escolar, pode antecipar procedimentos institucionais que evitem a saída dos alunos” (BAGGI; LOPES, 2011, p. 358).

Apesar disso, indicam que existem poucas articulações entre avaliação institucional, evasão e qualidade de ensino, considerando que a avaliação não deve restringir-se a coleta e divulgação de dados, mas deve ser entendida como “um dos meios de viabilização de mudanças na cultura acadêmica, no trabalho docente, na gestão das instituições, nas definições curriculares e na estruturação da educação superior” (BAGGI; LOPES, 2011, p. 365). Concluem que muitos dos motivos (contexto social, cultural, político e econômico) que levam o aluno a interromper seu curso estão explicitados na avaliação institucional, e devem fazer parte das medidas tomadas pelos gestores para corrigir o rumo da instituição, elevando a qualidade de ensino pretendida. Polydoro (2000, apud BAGGI; LOPES, 2011) destaca que a avaliação consegue explicitar vários aspectos ligados ao cotidiano do aluno e do curso, identificando variáveis socioculturais que atuam nos processos de evasão.

Silva (2013) destaca a pouca existência de trabalhos sobre evasão em IES privadas. Tendo como objeto uma instituição particular, buscou verificar quais variáveis observáveis influenciam a decisão do discente de evadir. A partir de um modelo de *duration* (voltado para o tempo em que o aluno permanece matriculado em algum curso de graduação), concluiu que a reprovação, o aumento nas mensalidades, a pendência nos pagamentos, o aumento na idade relativa e o sexo aumentam as chances de evasão. O autor destaca a importância de considerar as diferenças entre os alunos que permanecem *versus* aqueles que se evadem, pois sem isso, identificar o perfil do evadido terá pouca relevância na elaboração de estratégias de contenção de evasão. “Do ponto de vista da administração da instituição, as variáveis que reduzem o tempo de permanência do aluno, a exceção da idade e sexo, são aspectos nos quais é possível haver intervenções diretas” (SILVA, 2013, p. 330).

Fritsch (2015) também teve como foco de estudo uma universidade particular. A autora realizou uma pesquisa quantitativa em bancos de dados da instituição, analisando 5.331 casos, de 2008 a 2011. Observou que a maior parte da evasão acontece no primeiro semestre, até o terceiro semestre, estabilizando-se após esse período. Com relação aos fatores sociais, identificou maiores índices entre alunos com idade superior a 25 anos. Enquanto a taxa de evasão dos alunos entre 17 a 20 anos foi de 46%, dos ingressantes com idade superior a 30 anos foi de 72%; e dos ingressantes acima de 50 anos, foi de 100%. Com relação ao ingresso, alunos com menores médias de desempenho no vestibular tendem a apresentar maiores taxas de evasão. Portadores de diploma e alunos readmitidos também possuem alta desistência.

Quanto ao desempenho acadêmico, muitas reprovações e médias baixas se mostraram significativas na decisão de abandono. Quanto a variáveis econômicas, os que tinham algum tipo de auxílio (como bolsa ou financiamento) apresentavam taxas de evasão menores. A inadimplência e a matrícula em poucas atividades acadêmicas durante os semestres são indícios de futuros

desistentes. A pesquisadora orienta a intensificação ações direcionadas aos alunos em início de curso, visto que nesse período surgem os “primeiros sinais de dificuldade de acompanhamento das exigências das atividades acadêmicas, de pagamento de mensalidades, de incerteza quanto à escolha profissional, entre outros fatores que tendem a desencadear a evasão” (FRITSCH, 2015, p. 104). Além disso, recomenda que a evasão seja analisada como um indicador de gestão, já que “o monitoramento e acompanhamento de seus índices, planejamento, execução e avaliação de ações imprimem novos olhares e perspectivas de docentes e gestores visando à garantia da permanência e conclusão” (FRITSCH, 2015, p. 104).

Sales Junior et al. (2016), analisando 20.726 estudantes de uma universidade federal, identificaram que fatores anteriores ao ingresso, bem como as suas experiências acadêmicas estão fortemente associados à decisão de evasão. Os autores analisaram 35 variáveis agrupadas em sete blocos, conforme Modelo de Integração de Estudantes, proposto por Tinto (1997). Os sete fatores para explicar a evasão são: opção pelas cotas, região de origem, meio de comunicação utilizado para se manter informado, participação em projetos de pesquisa, receber assistência estudantil, participação em estágio e número de reprovações em disciplinas. Constataram que a chance de o aluno cotista evadir é 11,91 vezes maior que o não cotista. Para os autores, isso pode ser explicado pois são alunos que possuem baixa renda e são egressos de escolas públicas, “portadores de deficiências na formação básica [...], dificuldade de adaptação à vida universitária em função do contraste entre o nível de exigência da escola pública e uma universidade federal e até dificuldades financeiras” (SALES JUNIOR et al., 2016, p. 503).

O estudo trouxe que, embora a condição financeira da família não possui impacto na decisão desistência, percebe-se que os estudantes que trabalham estão mais propensos à evasão. Estudantes que escolheram o curso buscando qualificação profissional, os que consideravam o curso adequado à sua aptidão pessoal e vocacional, e os que nunca iniciaram um curso superior são menos propensos à evasão. Donoso e Schiefelbein (2007), conforme citado por Sales Junior et al. (2016), consideram que o aluno se manterá no curso se os benefícios de permanecer são maiores que os custos (esforço pessoal, abdicação de outras atividades).

Entre os resultados, estudantes que recebem bolsa de pesquisa possuem 60,6% menos chance de evasão; os que participam de programas de assistência estudantil possuem 65% menos chance; e os que estagiam têm 94,7% menos chances - conforme aumenta o tempo de estágio, diminui a probabilidade de evasão (estudantes que fazem estágio há mais de 12 meses têm 98,3% menos chance de evasão). Outra relação é quanto ao número de reprovações em disciplinas, que indicam que quanto maior o número de reprovações, aumenta a probabilidade de evasão (reprovados uma ou duas vezes têm 2,1 vezes chance de evasão; já reprovados de seis a dez vezes têm 15,8 vezes mais chances de evasão), ou seja, o índice é um bom indicador para monitorar o risco de evasão na IES.

Santos Junior e Real (2017) identificaram que bolsistas (especialmente do

Prouni) apresentam menores indicadores de desistência. Já os estudos de Sampaio et al. (2011) mostram que a renda tem forte influência, por proporcionar melhores condições de estudo (escolas privadas, cursinhos), facilitando a entrada e por possibilitar ao aluno oportunidade de escolha da carreira que melhor se adequa às suas aptidões. Em pesquisa realizada em uma universidade pública do Nordeste, os autores relacionaram evasão com a renda, o desempenho no vestibular e a possibilidade de tentar nova carreira em novo vestibular. Pontuam duas principais causas para a desistência: falta de interesse (advindo da falta de perspectivas de carreira; falta de orientação dos familiares, etc.) e impossibilidade de continuar os estudos (reprovações, responsabilidades da vida adulta, necessidade de trabalhar, etc.). “Carreiras com fortes restrições ao exercício da profissão sem diploma, como medicina e direito, devem apresentar menor evasão que carreiras onde prevalece a experiência e a competência como áreas humanas e sociais” (SAMPAIO, 2011, p. 293). Para os autores, quando os alunos de maior renda reconhecem a escolha da carreira equivocada, optam pela evasão considerando a oportunidade que as famílias oferecem de tentar uma nova carreira.

Oliveira e Volpato (2017), investigaram se o capital cultural dos estudantes e a violência simbólica influenciam na evasão. Embora o estudo tenha sido realizado com aluno do ensino técnico (e não da graduação) incluiu-se a pesquisa na presente revisão, considerando suas contribuições para compreensão do universo que envolve o tema evasão. Nogueira e Nogueira (2004), assim como Bourdieu (2007), citados por Oliveira e Volpato (2017), explicam que conjunto de padrões culturais (maneira de se portar, se vestir, no que comer, no lazer) são identificados como capital cultural. Estes padrões legitimam os indivíduos como superiores ou inferiores na sociedade. “Sujeitos capazes de produzir, reconhecer, apreciar e consumir bens culturais determinados como superiores conseguem com mais facilidade ocupar as posições mais altas na sociedade” (OLIVEIRA; VOLPATO, 2017, p. 143). Estes tendem a ser bem-sucedidos na escola e no mercado de trabalho.

O capital cultural é um sistema de valores transmitido pela família e essa herança cultural influencia o comportamento frente ao rendimento escolar. Bourdieu (2007, apud Oliveira e Volpato, 2017) diz que a violência simbólica acontece porque a escola não é neutra. Embora trate todos de modo igual (assistem às mesmas aulas, são submetidos às mesmas avaliações), “as chances são desiguais, pois alguns estão em condição mais favorável do que outros para entender às exigências” (OLIVEIRA; VOLPATO, 2017, p. 147). Os autores identificaram que o capital cultural dos estudantes em relação ao conhecimento prévio da área do curso tem influência na evasão, e que os estudantes sofrem violência simbólica por parte dos colegas, dos docentes e da estrutura curricular dos cursos. Estes mostram-se mais motivados a desistência. A forma como a escola se estrutura e a maneira que cada professor atua pode amenizar ou intensificar a reprodução das desigualdades sociais. Para os autores, deve-se atuar de forma inclusiva com os vários padrões culturais, propiciando a possibilidade de ascensão social.

Benatti e Aguiar (2018) analisaram o índice de evasão de cotistas negros de uma universidade estadual no ano de 2014. Destacam que o acesso de negros,

pardos e indígenas nos cursos superiores têm aumentado em razão das políticas de ações afirmativas. A taxa de evasão anual correspondeu a 35,8% no total de vagas. Já por modalidade de ingresso, foi de 36,5% na ampla concorrência; e 33,8%, nas vagas reservadas para a população de pretos e pardos - o que mostra que a evasão é um problema amplo, não específico aos ingressantes pelo regime de cotas. Entrevistas com os desistentes negros identificaram que as principais causas da evasão foram: dificuldade socioeconômica, distância entre domicílio e universidade, falta de afinidade com o curso escolhido, falta de acolhimento por parte da instituição. Os cursos de licenciatura possuem maior taxa de evasão entre a ampla concorrência (37,5%). Já os cursos de bacharelado possuem a maior taxa de evasão anual no regime de cotas considerando que 33,3% dos indígenas e 36,7% dos negros desistem dos seus cursos. Entre os desistentes cotistas, a idade variou entre 20 e 41 anos. Todos apresentaram baixo poder aquisitivo: 50% têm uma renda familiar de um a dois salários-mínimos, e 50% de dois a cinco salários-mínimos.

Outra análise fundamental é com relação aos motivos para a evasão por curso, visto que algumas áreas podem apresentar características peculiares para desistências. Silva et al. (2012) investigaram os fatores que motivaram a evasão de alunos do curso de Licenciatura em Educação Física de uma universidade federal pública. Os fatores responsáveis pela evasão foram: falta de informações sobre o curso, descontentamento com a profissão, imaturidade ao escolher o curso, pouca interação com o curso e simultaneidade de dois cursos. O principal fator responsável pela evasão do grupo de alunos avaliado foi a escolha do curso de maneira equivocada e precipitada por parte do aluno.

Quanto à renda familiar, 63,6% dos alunos evadidos possuíam renda familiar superior a 10 salários mínimos. A grande maioria dos alunos evadidos exerceu atividade profissional remunerada enquanto realizava o curso de educação física (81,8%) - embora apenas 9,1% atribuem o abandono do curso ao fato de conciliar as atividades profissionais com os estudos. Dos alunos evadidos, 45,4% classificou a universidade como regular; 27,3% como ótima; e 27,3% consideram a instituição ruim. Com relação ao curso, 72,7% classificaram como regular; e 27,3% como ruim. A instituição permite que no ato da inscrição o candidato preste vestibular para dois cursos diferentes. Um total de 45,4% iniciou a licenciatura pois não conseguiu ingressar na primeira opção de curso superior. Os autores concluem destacando a questão do “preconceito” com relação a algumas profissões que geralmente “não seguidas pelas classes dominantes”.

Considerações finais

A revisão mostrou que muitos autores sistematizam os motivos que levam a evasão em dimensões. Identifica-se que os motivos da evasão elencados estão relacionados dimensões principais, relativas: ao aluno (expectativas futuras, percepção de bem-estar; relacionamento com colegas e professores; participação em atividades extracurriculares); às instituições (infraestrutura, laboratórios, metodologias, grade curricular, projetos de extensão); à carreira (vocação, perspectivas de carreira); e relacionadas ao estudo-aprendizagem

(hábitos de estudo, gestão do tempo, capacidade de preparar-se para provas, entrega de trabalhos no prazo, dentre outros).

O desenvolvimento de ferramentas e a avaliação de instrumentos que permitam identificar possíveis grupos com maiores propensões à evasão, bem como de aluno com maior inclinação para a desistência é uma preocupação recorrente na literatura. Por tratar-se de um tema com múltiplas dimensões, sendo muitas delas de difícil mensuração, percebe-se que os instrumentos disponíveis oferecem possibilidade para levantamento de dados e informações, mas estes precisam ser analisados de forma pontual (considerando as características de cada turma, curso, período e instituição) e correlacionadas com outros fatores externos as causas principais.

Entre as publicações, nenhuma apresentou casos concretos de programas estruturados nas IES para combate à evasão, com planejamento de ações e acompanhamento de resultados. A identificação e registro de experiências concretas, com seus resultados e melhorias institucionais é uma oportunidade de pesquisa futura.

A evasão aponta para questões de desempenho das instituições. A implementação de ações neste âmbito é essencial para que a universidade conheça as principais dificuldades dos seus alunos e consiga realizar acompanhamentos mais específico aos estudantes, motivando a permanência. Embora os estudos apresentem a complexidade em se atuar junto às características individuais do aluno, a instituição pode atuar nas experiências acadêmicas vivenciadas pelos universitários. Considerando que os estudos trazem que o maior índice de evasão acontece nos primeiros semestres, tem-se a oportunidade do desenvolvimento de ações para atuação mais próxima a este público.

Referências

AMBIEL, R.A.M. Construção da Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior. **Revista Avaliação Psicológica**, Campinas, p. 41-52, 2015.

BAGGI, C.A.S.; LOPES, D.A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011.

BENATTI, V.P.M.; AGUIAR, M.M. Diagnóstico da evasão universitária nas séries iniciais dos cursos presenciais da graduação da UEMS em 2014: um estudo comparativo entre os ingressantes pelo regime de cotas e os de ampla concorrência. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 23, n. 48, p. 195-217, 2018.

CORDEIRO, A.M. et al. Revisão sistemática: Uma revisão narrativa. **Revista Comunicação Científica**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, 2007.

EGGER, M.; SMITH, G.D. **Meta-analysis**: Bias in location and selection of studies. *BMJ*, v. 316, 1998.

FRITSCH, R. et al. A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 81-108, 2015.

GALVÃO C.M.; SAWADA N.O.; TREVISAN, M.A. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, p. 549-556, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2017**. 2018. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em: 21 set. 2018.

MATTA, C.M.B.; LEBRÃO, S.M.G.; HELENO, M.G.V. Adaptação, rendimento, evasão e vivências acadêmicas no ensino superior: revisão da literatura. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 583-591, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas**. 1996. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Diplomacao_Retencao_Evasao_Graduacao_em_IES_Publicas-1996.pdf>. Acesso em: 21 set. 2018.

NAVARRO, L. et al. A dificuldade de aprendizagem e o fracasso escolar. **Journal of Research in Special Educational Needs**, v. 16, n. 1, p. 46-50, 2016.

OLIVEIRA, L.E.S; VOLPATO, G. A influência do Capital Cultural e da Violência Simbólica na evasão. **Revista Contrapontos Eletrônica**, Itajaí, v. 17, n. 1, 2017.

OLIVEIRA, R.E.C.; MORAIS, A. Vivências acadêmicas e adaptação de estudantes de uma universidade pública federal do Estado do Paraná. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 57, p. 547-568, 2015.

PEREIRA A.L.; BACHION M.M. Atualidades em revisão sistemática de literatura, critérios de força e grau de recomendação de evidência. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, p. 491-498, 2006.

SAMPAIO, B. et al. Desempenho no vestibular, background familiar e evasão: evidências na UFPE. **Economia Aplicada**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 287-309, 2011.

SAMPAIO R.F.; MANCINI M.C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007.

SALES JUNIOR, J.S. et al. Fatores Associados à Evasão e Conclusão de Cursos de Graduação Presenciais na UFES. **Revista Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 24, p. 488-514, 2016.

SANTOS JUNIOR, J.S.S.; REAL, G.C.M. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 22, n. 2, p.385-402, 2017.

SILVA, F.I.C. et al. Evasão escolar no curso de educação física da Universidade Federal do Piauí. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 391-404, 2012.

SILVA FILHO, R.L.L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SILVA, G.P. Análise de evasão no ensino superior: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 311-333, 2013.

TONTINI, G; WALTER, S.A. Pode-se identificar a propensão e reduzir a evasão de alunos? Ações estratégicas e resultados táticos para instituições de ensino superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas-SP, v. 19, n. 1, p. 89-110, 2014.

VITELLI, R.F.; FRITSCH, R. Evasão escolar na educação superior: de que indicador estamos falando?. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 908-937, 2016.

Submetido em 10/03/2019.
Aceito em 03/06/2019.

